

A IMPLEMENTAÇÃO DO TURNO ÚNICO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: PERCEPÇÕES DOS GESTORES ESCOLARES E EDUCACIONAIS

LA IMPLEMENTACIÓN DEL TURNO ÚNICO EM LAS ESCUELAS DE RÍO DE JANEIRO: PERCEPCIONES DE LOS DIRECTIVOS ESCOLARES Y EDUCATIVOS

THE IMPLEMENTATION OF SINGLE SHIFT IN SCHOOLS IN RIO DE JANEIRO: PERCEPTIONS OF SCHOOL AND EDUCATIONAL MANAGERS



Rosângela Cristina Rocha Passos FELIX¹
e-mail: rosacris.passos@gmail.com



Elisangela da Silva BERNADO²
e-mail: efelisberto@yahoo.com.br

Como referenciar este artigo:

FELIX, R. C. R. P.; BERNADO, E. S. A implementação do turno único nas escolas do município do Rio de Janeiro: Percepções dos gestores escolares e educacionais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023118, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riabee.v18i00.16731>



| **Submetido em:** 30/04/2022
| **Revisões requeridas em:** 20/02/2023
| **Aprovado em:** 13/05/2023
| **Publicado em:** 02/12/2023

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação.

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Professora Associada do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Educação (PUC-RIO).

RESUMO: O presente artigo apresenta uma análise sobre a percepção dos gestores escolares e educacionais acerca da implementação da política de Turno Único na Rede Municipal do Rio de Janeiro. A partir de entrevistas semiestruturadas com esses atores, este escrito apresenta o olhar deles sobre os processos para a sua implementação, as concepções de educação presentes na política e seus objetivos. Este estudo, de cunho qualitativo, tem como base os resultados da pesquisa realizada na Unirio de 2019 a 2021. A partir da análise das entrevistas e a observação de documentos legais sobre a implementação do Turno Único, pautada na perspectiva da Tematização (FONTOURA, 2011) para análise dos dados, percebemos nessa política um delinear distinto das anteriores, saindo da visão mais focal e compensatória, e trazendo um olhar universalista. Apesar de serem citados alguns pontos que precisam de atenção, a política é bem vista pelos atores sociais envolvidos e tem potencial expectativa de expansão para toda a Rede pública municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Turno único. Tempo integral. Política educacional.

RESUMEN: Este artículo presenta un análisis de la percepción de los gestores escolares y educativos sobre la implementación de la política de Turno Único en Río de Janeiro. A partir de entrevistas semiestructuradas con estos actores, este artículo presenta su visión de los procesos para su implementación, los conceptos de educación presentes en la política y sus objetivos. Este estudio cualitativo se basa en los resultados de la investigación realizada en Unirio de 2019 a 2021. A partir del análisis de las entrevistas y la observación de documentos legales sobre la implementación del Turno Único, basado en la perspectiva del Tema (FONTOURA, 2011) para el análisis de datos, percibimos en esta política un trazo diferente al de la anteriores, partiendo de una visión más focal y compensatoria, y aportando una mirada universalista. A pesar de mencionar algunos puntos que requieren atención, la política es bien vista por los actores involucrados y tiene expectativas potenciales de expansión para toda la Red.

PALABRAS CLAVE: Turno único. Tiempo integral. Política educativa.

ABSTRACT: This article presents an analysis of the perception of school and educational managers on the implementation of the Single Shift policy in Rio de Janeiro. Based on semi-structured interviews with these actors, this article presents their view of the processes for its implementation, the concepts of education present in the policy and its objectives. This qualitative study is based on the results of the research carried out at Unirio from 2019 to 2021. From the analysis of the interviews and the observation of legal documents on the implementation of the Single Shift, based on the perspective of Theme (FONTOURA, 2011) for data analysis, we perceive in this policy a different outline from the previous ones, leaving of the more focal and compensatory vision, and bringing a universalist look. Despite mentioning some points that need attention, the policy is well regarded by the actors involved and has potential expansion expectations for the entire Network.

KEYWORDS: Single shift. Full-time. Educational politics.

Introdução

A Rede Municipal do Rio de Janeiro atende atualmente a 641.544 alunos em um total de 1.542 escolas³; sendo assim, é a 2º maior rede educacional municipal da América Latina. Desse total, 35% dos alunos são atendidos em tempo integral, com 7 horas diárias, por meio do Turno Único (TU).

Ao observarmos o que trata a Lei de implementação do Turno Único no município do Rio de Janeiro, é possível identificar que locais com baixos Índices de Desenvolvimento Humano - IDH foram tratados como prioridade na implementação da política⁴.

A partir de 2010, com a Lei Nº. 5.225/2010 (RIO DE JANEIRO, 2010), é perceptível um novo delinear no paradigma da implantação do tempo integral no Rio de Janeiro, já que a lei prevê a sua ampliação para toda a Rede Pública Municipal de Ensino, o que o diferencia de experiências anteriores, que tinham cunho compensatório. Além disso, os textos passaram a abordar objetivos que também diferem dos programas anteriores, como o descrito na Lei Nº. 5.550, de 10 de janeiro de 2013 (RIO DE JANEIRO, 2013a), no que se refere à educação:

ESCOLA CARIOCA EM TEMPO INTEGRAL

Descrição: O Escola Carioca em Tempo Integral é a 2ª geração de investimento no salto de qualidade da educação pública municipal do Rio de Janeiro. A nova Escola Carioca em Turno Único funcionará em horário integral com uma grade curricular específica, com mais tempos de aulas das disciplinas básicas, além de tempo dedicado para a Educação para Valores e Estudo Dirigido. Estará organizada em grupamentos por faixa etária: Casas de Alfabetização (1º ao 3º ano), Primário (4º ao 6º ano) e Ginásio (7º ao 9º ano), de forma a obter maior aproveitamento dos alunos e especialização dos professores para cada etapa do aprendizado. Buscará a Excelência Acadêmica formando jovens competentes, autônomos, solidários e com um projeto de vida – protagonistas do seu futuro.

Resultados Esperados: Melhoria na qualidade do ensino público com alcance de níveis de desempenho equivalentes aos dos países da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - e adequação à legislação carioca, com as escolas municipais adotando o padrão de 7 horas de ensino. Alcançar a melhor nota na Prova Brasil em 2015 entre as redes municipais de ensino do País.

De acordo com esse e outros documentos posteriores, o TU teria como objetivo central a melhoria da qualidade do ensino, na perspectiva da melhoria dos resultados nas avaliações de

³ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros>. Acesso em: 06 jun. 2020.

⁴ § 2º Priorizar-se-á as escolas situadas nas Áreas de Planejamento – AP's, onde forem constatados os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH.

larga escala e dos indicadores educacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo apresentar a percepção dos Gestores Escolares e Educacionais, ou seja, Gestores que atuam dentro de uma das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro, e Gestores que atuam no Nível Central da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, sobre suas perspectivas a respeito do processo de implementação do Turno Único na Rede Carioca, as concepções de educação em tempo integral, os moldes e os objetivos dessa política.

A Rede Municipal de Ensino Carioca

A Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro é composta por 1.543 escolas e atende a um total de 644.138 alunos desde a creche ao final do ensino fundamental II⁵. Para o atendimento educacional desses alunos, a Secretaria Municipal de Educação (SME) conta com uma estrutura de 52.788 funcionários, dentre eles, 39.178 professores. O quadro 1 detalha as funções, a carga horária, o quantitativo de professores e funcionários em toda a rede.

Quadro 1 – Quadro de Funcionários da Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro

Cargo	Função	Quantitativo
Agente de Apoio à Educação Especial (AAEE)	Prestar apoio nas atividades executadas pelo Professor Regente e/ou Direção, contribuindo para o oferecimento de espaço físico e de convivência adequados à segurança, ao desenvolvimento e ao bem-estar social, físico e emocional dos alunos com deficiência, incluídos nas turmas regulares ou matriculados em Classes ou Escolas Especiais da Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro.	1.262
Agente de Educação Infantil (AEI)	Prestar apoio e participar do planejamento, execução e avaliação das atividades sociopedagógicas e contribuir para o oferecimento de espaço físico e de convivência adequados à segurança, ao desenvolvimento, ao bem-estar social, físico e emocional das crianças nas dependências das unidades de	4.453

⁵ Dados de Janeiro de 2021, segundo o *site* oficial da prefeitura. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros>. Acesso em: 06 jan. 2021.

	atendimento da rede municipal ou nas adjacências.	
Agente de Educação Infantil (AEI) temporário	Tem a mesma função do AEI efetivo. Cargo temporário.	24
Agente Educador II	Prestar apoio às atividades educacionais mediante orientação, inspeção e observação da conduta do aluno e atender à segurança de crianças e jovens nas dependências e proximidades das unidades escolares da rede oficial do Município.	1.801
Agente Educador II temporário.	Tem a mesma função do Agente Educador II efetivo. Cargo temporário.	01
Copeiro	Não especificado.	44
Inspetor de alunos	Não especificado.	70
Merendeira	Atividades de execução relativas a trabalhos de preparação de merendas e outros alimentos para escolares.	3.100
Secretário escolar	Planejar, coordenar e executar, em consonância com as normas e prazos estabelecidos e com as orientações da direção escolar, as atividades da secretaria da escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento.	1.003
Outros funcionários de apoio operacional	Não especificado.	1415
Outras Categorias Funcionais.	Não especificado.	437
Total		13.610

Fonte: Site oficial da SME (Janeiro, 2021)

O quadro 2 apresenta o cargo, a função, carga horária, especialidade e quantitativo de professores que atuam na Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro.

Quadro 2 – Professores da Rede Municipal do Rio de Janeiro

Cargo	Função	Carga Horária/h	Especialidade	Quantitativo
Professor de Educação Infantil (PEI)	Planejar, executar e avaliar, junto com os demais profissionais docentes e equipe de direção, as atividades da unidade de Educação Infantil e propiciar condições para o oferecimento de espaço físico e de convivência adequados à segurança, ao desenvolvimento, ao bem-estar social, físico e emocional das crianças.	22,5	Educação Infantil	2.335
		40		3.684
Professor Adjunto de Educação Infantil (PAEI)	Planejar, executar e avaliar, junto com os demais profissionais docentes e equipe de direção, as atividades da unidade de Educação Infantil e propiciar condições para o oferecimento de espaço físico e de convivência adequados à segurança, ao desenvolvimento, ao bem-estar social, físico e emocional das crianças.	40	Educação Infantil	1.908
Professor de Ensino Fundamental – Anos Finais (PEF - Anos Finais)	Atividades de planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do pessoal discente, relativas a ensino de 1º grau (1ª a 8ª séries) ⁶ Ensino Fundamental – anos finais, do 6º ano ao 9º ano.	40	Língua portuguesa Francês Inglês Espanhol Matemática Biologia Ciências Geografia História Artes Cênicas Educação Musical Educação Física Educação Artística	3.531
Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais (PEF - Anos Iniciais)	Atividades de planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do pessoal discente.	40	Ensino Fundamental I e 6º ano carioca.	3.843

⁶ Texto escrito conforme o conteúdo disponível no site oficial da SME (Janeiro, 2021)

Professor I (PI)	Atividades de planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do pessoal discente, relativas a ensino de 1º grau (1ª a 8ª séries). ⁷	16	Língua portuguesa Francês Inglês Espanhol Matemática Biologia Ciências Geografia	11.210
		30	História Artes Cênicas Educação Musical Educação Física Educação Artística	72
Professor II (PII)	Atividades de planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do pessoal discente.	22,5	Da Educação Infantil ao Ensino Fundamental I	10.933
		40		1.662
Total				39198

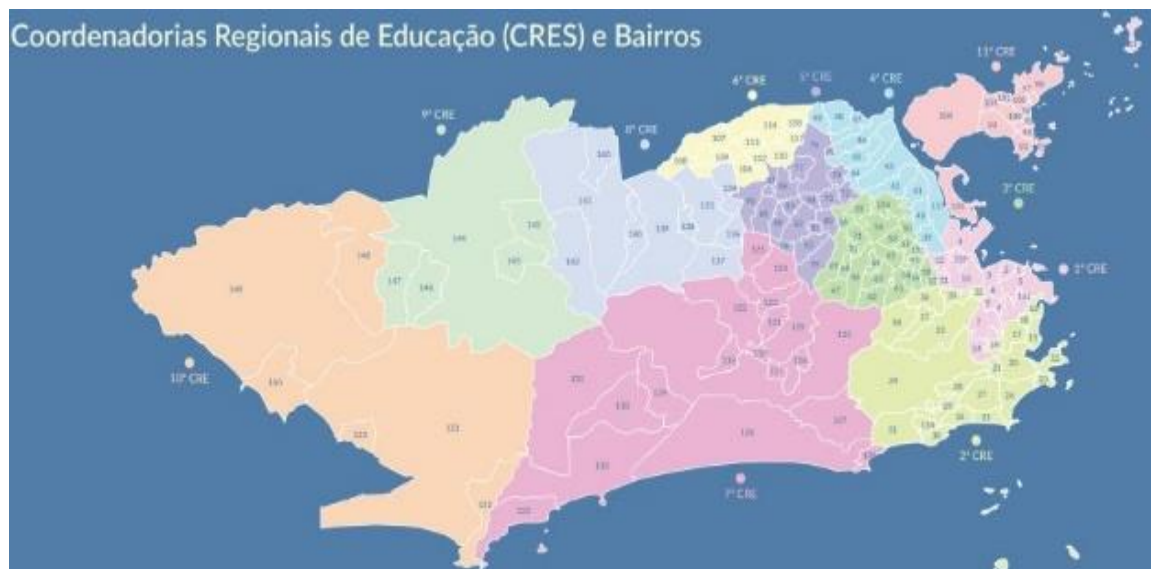
Fonte: *Site oficial da SME (Janeiro, 2021)*

As informações apresentadas nos Quadros 1 e 2 explicitam não somente a amplitude da rede, mas ainda a diversidade de cargos e funções dos recursos humanos que compõem a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, alguns extinguidos ao longo dos anos, e outros criados recentemente, como é o caso do Professor Adjunto de Educação Infantil, instituído a partir da Lei nº. 6.433/2018 (RIO DE JANEIRO, 2018).

A Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro é dividida em 11 regiões que são geridas pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CRES), que atuam como atores da SME intermediando as relações SME – Escolas/Escolas – SME. O mapa da Figura 1 mostra a abrangência de cada CRE por região.

⁷ Texto escrito conforme o conteúdo disponível no site oficial da SME (Janeiro, 2021)

Figura 1 – Mapa das Coordenadorias Regionais da Educação e Bairros



Fonte: Oliveira (2022)

A partir do mapa apresentado, construímos um quadro com os nomes dos bairros e regiões atendidos por cada Coordenadoria, conforme segue no Quadro 3:

Quadro 3 – Divisão de bairros por CRE

Leg.	Nº. de escolas	CRE	Região	Bairros
	97	1º	Centro e adjacências	Praça Mauá, Gamboa, Santo Cristo, Caju, Centro, Cidade Nova, Bairro de Fátima, Estácio, Santa Teresa, Rio Comprido, São Cristóvão, Catumbi, Mangueira, Benfica e Paqueta.
	153	2º	Zona Sul e adjacências	Glória, Flamengo, Laranjeiras, Catete, Urca, Cosme Velho, Botafogo, Humaitá, Praia Vermelha, Leme, Copacabana, Ipanema, São Conrado, Rocinha, Vidigal, Gávea, Leblon, Jardim Botânico, Horto, Alto da Boa Vista, Tijuca, Praça da Bandeira, Vila Isabel, Andaraí e Grajaú.
	134	3º	Zona Norte	Higienópolis, Engenho Novo, Rocha, Riachuelo, Del Castilho, Méier, Maria da Graça, 166Inhaúma, Engenho da Rainha, Tomás Coelho, Bonsucesso, Piedade, Sampaio, Jacaré, Cachambi, Todos os Santos, Pilares, Lins, Engenho de Dentro, Água Santa, Encantado, Abolição, Jacarezinho e Alemão.
	166	4º	Zona Norte	Manguinhos, Bonsucesso, Maré, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Vila da Penha, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral e Jardim América.
	130	5º	Zona Norte	Vicente de Carvalho, Vila Kosmos, Vila da Penha, Irajá, Vista Alegre, Vaz Lobo, Colégio, Marechal Hermes, Rocha Miranda, Turiaçu, Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Guadalupe, Madureira, Honório Gurgel, Campinho, Quintino, Cavalcante e Cascadura.
	114	6º	Zona Norte	Parque Anchieta, Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Guadalupe, Acari, Coelho Neto, Irajá, Honório Gurgel, Costa Barros, Pavuna e Barros Filho.

	180	7°	Zona Oeste	Barra da Tijuca, Itanhangá, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá, Taquara, Cidade de Deus, Freguesia, Rio das Pedras, Tanque, Curicica, Pechincha, Praça Seca e Vila Valqueire.
	188	8°	Zona Oeste	Guadalupe, Deodoro, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Jabour, Santíssimo, Guilherme da Silveira, Vila Kennedy, Vila Militar, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos e Realengo.
	165	9°	Zona Oeste	Inhoaíba, Campo Grande, Cosmos, Santíssimo, Augusto Vasconcelos e Benjamin Dumont.
	197	10°	Zona Oeste	Santa Cruz, Paciência, Cosmos, São Fernando, Guaratiba, Ilha de Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Sepetiba e Jardim Maravilha.
	43	11°		Ilha do Governador

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados oficiais da SME⁸

O mapa apresentado pela Figura 1 e o Quadro 3 nos ajudam a compreender a dimensão da Rede Pública Municipal de Ensino Carioca e a sua organização. Além disso, é possível identificar que uma das regiões com maior número de escolas, a Zona Oeste, é a mesma que apresenta um dos piores Índices de Progresso Social do Rio de Janeiro – IPS.

Diante do contexto explicitado sobre a cidade onde realizamos o campo deste estudo, percebemos que mais que diversidade – o que é comum de se esperar das grandes capitais –, o Rio de Janeiro tem as desigualdades sociais como um grande desafio, e este reflete na educação, contribuindo também para as desigualdades educacionais.

Aspectos Metodológicos

A abordagem deste estudo se define como sendo de cunho qualitativo, por considerarmos que a compreensão dos significados dos dados, para esta pesquisa, torna-se mais relevante do que quantificá-los. Minayo, Deslandes e Gomes (2016, p. 21) enfatizam que essa abordagem “se aprofunda no mundo dos significados. [...] [que] precisa ser exposto e interpretado, em primeira instância, pelos próprios pesquisadores [...] e, em segunda instância, por um processo compreensivo e interpretativo contextualizado”.

A escolha pelo estudo de campo se deu por considerarmos o contato com os atores envolvidos com a política de TU essenciais para esta pesquisa. Para isso, delimitamos a investigação em uma escola com turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, denominado nos documentos legais como Primário Carioca. O delinear deste estudo foi realizado por meio

⁸Disponível em: <http://webapp.sme.rio.rj.gov.br/jcartela/publico/pesquisa.do?cmd=listCres>. Acesso em: 27 fev. 2021.

das seguintes técnicas e instrumentos de pesquisa, como: revisão de literatura, análise documental e realização de entrevista semiestruturada.

Para investigarmos as percepções dos atores da escola e do entorno da comunidade escolar, definimos como entrevistados: 1 diretor geral; 1 diretor adjunto; 1 coordenador pedagógico e 2 atores do órgão central - SME.

Ressaltamos que essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e que todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Para conduzir a análise das entrevistas, construímos um quadro incluindo como dimensões/sujeitos os atores entrevistados e, como eixos, os assuntos a serem tratados.

Quadro 4 – Eixos temáticos para análise de entrevistas

Sujeitos/Dimensões	Eixos temáticos
Percepções da Equipe de Gestão da Escola	Percepções sobre a Educação Integral e o Tempo Integral.
	Considerações sobre a organização do tempo e espaço escolar.
	Considerações sobre a implementação da política de TU.
	Considerações sobre a concepção de Educação em Tempo Integral inserida na política de TU.
	Percepções sobre a relação: Turno Único – Direito à educação – Desigualdades
Percepções dos Atores do Órgão Central - SME sobre a política de Turno Único	Percepções sobre a Educação Integral e o Tempo Integral.
	Considerações sobre a organização do tempo e espaço escolar.
	Considerações sobre a implementação da política de TU.
	Considerações sobre a concepção de Educação em Tempo Integral inserida na política de TU.
	Percepções sobre a relação: Turno Único – Direito à educação – Desigualdades

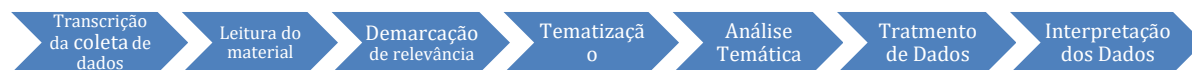
Fonte: Elaboração dos autores

Como base para esta metodologia de análise, temos os estudos de Fontoura (2011), que traz como referência o método aplicado por Paulo Freire para alfabetização.

Estas contribuições podem ampliar a visão sobre nossa proposta de análise: o que teriam em comum uma proposta de alfabetização de adultos e uma proposta de análise de dados qualitativos? Acreditamos que as pontes delineiam-se quando pensamos alfabetização de pesquisadores e análise de sinais escritos (ou falados e transcritos), processos de codificação, aprendizagem e construção de conhecimento, que, ao final, produzem cidadania e educação (FONTOURA, 2011, p. 6).

Dessa forma, nosso estudo seguiu as etapas do método defendido pela autora:

Esquema 1 – Etapas de análise por Tematização



Fonte: Elaboração dos autores com base nos estudos de Fontoura (2011)

A partir da metodologia da tematização, a análise das falas dos atores envolvidos pautados nos eixos abordados no quadro 4 nos conduziu às respostas dos objetivos desta pesquisa.

As técnicas, a metodologia e os instrumentos escolhidos possuem relevância no campo da pesquisa social, evidenciando o contexto e o local de fala dos sujeitos envolvidos na pesquisa, nesse caso, diretores, atores do órgão central (SME), permitindo-nos, assim, maior amplitude sobre a implementação do Turno Único na Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro, na perspectiva dos gestores públicos.

Percepções em análise: A implementação do Turno Único a partir dos olhares dos Gestores Educacionais e Escolares

Nesta sessão, analisamos as percepções dos participantes dessa pesquisa de campo sobre a implementação do Turno Único, que ocorreu a partir da Lei Municipal nº. 5.225, de 05 de novembro de 2010 (RIO DE JANEIRO, 2010). No sentido de compreender como ocorreu essa mudança, nos debruçamos sobre as falas dos entrevistados que estavam à frente da política no decorrer desse processo, e os que atuavam dentro da escola, com o objetivo de compreender as visões macro e micro.

Conforme anunciado em nosso objetivo, para investigarmos as percepções dos atores da escola, definimos como entrevistados: 1 diretor geral; 1 diretor adjunto; 1 coordenador pedagógico e 2 atores do Nível Central - SME.

Para melhor identificação da fala dos atores, os denominamos da seguinte maneira, conforme apresentado no Quadro 5:

Quadro 5 – Identificação e informações sobre os atores sociais participantes do estudo

Atores da SME:	Atores da Escola Z:
<p>SME 1: “Fui diretor da rede, trabalhei como regente em tempo integral na implantação dos CIEPs. Eu era professor primário como se chamava ainda na época e depois dirigi algumas escolas. Fui para a secretaria trabalhar numa proposta que eu já trabalhava na coordenadoria, eu era da coordenadoria, saí da escola, fui convidado para ir para a coordenadoria trabalhar com alfabetização, também gestão, formação de professores. Quando eu cheguei na secretaria, [...] surgiu o Mais Educação e a pessoa que ficou responsável pela implantação do Turno Único [...] foi para [...] uma outra proposta de trabalho. Então, [...] Eu fui convidado para assumir o Turno Único que foi um grande desafio [...].” (SME1)</p>	<p>Diretor 1: “[...] eu já era formado em Ciências Sociais pela UFF e com habilitação em História e Geografia. Bom, nesse meio também, eu tinha feito Psicologia na UFRJ [...] Em 2010, eu entrei no município [...] para um projeto novo que foi o projeto inovador que 49 O Primário Carioca está inserido no Turno Único. 117 era o Turno Único. [...] e aí eu tive que enfrentar novos desafios com os colegas que começaram a implantação do GEC - Ginásio Experimental Carioca (Diretor 1).”</p> <p>O Diretor 1 revela que sua trajetória acadêmica inicia quando exercia outra profissão, fora da área da educação. Depois de 35 anos, ele ingressa no município do Rio de Janeiro para lecionar, e inicia essa jornada no ano em que foi aprovada a Lei do Turno Único. Atuou em uma das escolas pioneiras, do que inicialmente era considerado um projeto.</p>
<p>SME2: [...] desde o ano de 2012, 2013 quando foi instituído o Primário Carioca e nessa ocasião eu era diretor de escola [...] Em 2017, é que eu passei a integrar a equipe de Turno Único que na época era dividido em Primário Carioca e Ginásio Carioca. E eu fui trabalhar na equipe de Ginásio Carioca por conta da expansão. No final de 2016 eram 38 unidades escolares funcionando como Ginásio Carioca, para 2017 esse número expandiu para 104 e aí sentiu-se a necessidade de ter mais pessoas na equipe e eu fui participar dessa equipe. “</p>	<p>Diretor 2: “A minha área de formação é Educação Física, eu tenho toda uma trajetória de esporte [...]. E entrei para o município em 2003. Já iniciei no município numa escola de horário integral. Então, eu estou há 17 anos em escola de tempo integral, de Turno Único e, assim, são três projetos diferentes. Um que eu comecei, a outra que depois foi modificado nessa mesma escola e essa nossa aqui. Então, são três realidades bem distintas que a gente está tentando aí ajustar ao máximo.”</p> <p>Inicialmente, quando o Diretor 2 fala sobre o início de sua carreira em uma escola de tempo integral, pensamos que seria em um CIEP. No entanto, ele revelou que a escola tinha um projeto próprio de horário integral, devido ao projeto político pedagógico da escola, lá ele atuava como professor. Quando se referiu a segunda experiência com a Escola de Tempo Integral (ETI), foi pelo fato de essa mesma escola abrigar posteriormente o Turno Único, e a terceira experiência é na escola onde atua como diretor, com o Turno Único mais consolidado, devido a sua ampliação na rede municipal de ensino.</p>
	<p>Coordenador: “Eu comecei na educação com 18 anos, eu tenho atualmente 48 anos, minha trajetória foi um pouco complicada porque eu não queria Magistério e aí eu fui me descobrindo. Aí fui fazer Biologia, Ciências com habilitação de Biologia; e aí optei por Matemática, Ciências e Habilitação em Matemática e comecei e comecei a atuar como professor de 6º ao 9º em escola particular. [...] Eu fiz Contabilidade [...]. E quando saí do município de São Gonçalo, no qual eu era coordenador do Programa Mais Educação, ainda não estava implantada a educação integral, o Turno Único.”</p>

Fonte: Elaboração dos autores

Iniciamos esta investigação a partir da fala dos profissionais da SME, na intenção de compreender como se deu o processo de planejamento da política até a chegada nas escolas.

Então, nesse recorte houve uma reorganização da Rede em termos de territórios. Reorganização por região administrativa. Nesse território, por região administrativa e depois por área mesmo de critérios, assim, digamos de passagem de um bairro para o outro, das crianças, de mobilidade até, de não poder ir de um bairro para o outro, mais próximo à condução, mais próximas às construções que estavam sendo feitas, o Minha Casa Minha Vida, já havia essa possibilidade e ampliação mesmo de bairros [...]. Aí houve um pensamento também de agrupar para que as crianças tivessem um fluxo mais corrente do primário para o ginásio, anos iniciais, anos finais, creche, também envolveu creche. Então, esse território foi pensado nesse círculo. Creche, anos iniciais e anos finais. E aí a partir dessa reorganização que também foi uma mudança, nós começamos a implantar o Turno Único [...] [com] sete horas (SME 1, 2020).

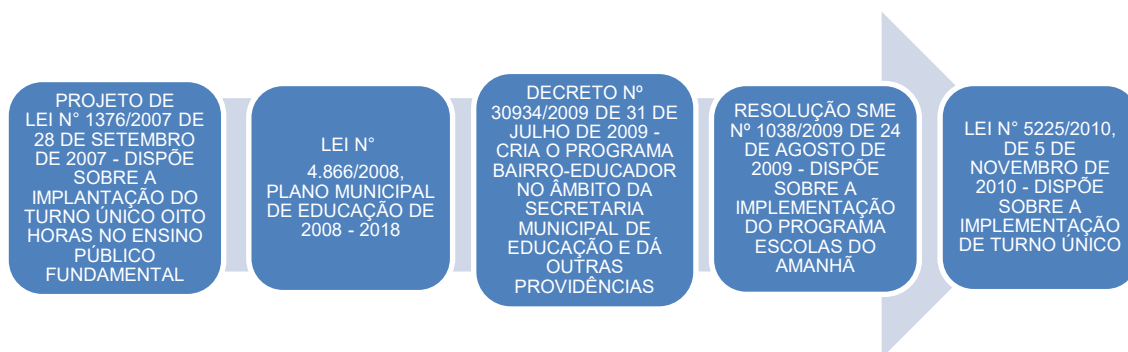
Essa reorganização é citada no Caderno de Políticas Públicas do município, publicado no ano de 2016.

Para alcançar os resultados desejados na educação dos cariocas, a Prefeitura do Rio lançou em 2009 um ambicioso projeto de reorganização de toda a rede. As unidades estão sendo reformuladas de acordo com os três ciclos do desenvolvimento da criança e do adolescente, com ampliação da carga horária. Essa reestruturação dos ciclos e das unidades tem como objetivo favorecer a aplicação de uma grade curricular específica para as faixas de idade e proporcionar mais tempo de estudo nas disciplinas básicas. Os professores podem, assim, ter maior especialização para as etapas do aprendizado dos alunos em cada fase da vida. E os gestores ganham possibilidade de monitorar resultados com foco mais preciso nos segmentos e nas unidades de cada região da cidade. A equipe que coordena o programa concluiu, em 2013, um estudo detalhado das regiões, que resultou na divisão da cidade em 232 microrregiões. Cada uma delas passará a ter o número adequado de EDIs, escolas do Primário e Ginásios, de forma que as famílias possam optar por escolas em seus bairros. As reformas e construções de novas escolas criam a estrutura necessária para a consolidação do Turno Único do 1º ao 9º ano (CADERNO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO, 2016, p. 04).

O documento da prefeitura traz que, antes mesmo da lei do Turno Único, aprovada em 2010, já havia na Rede Pública Municipal de Ensino Carioca um movimento de reorganização dos territórios e reestruturação dos espaços escolares com o objetivo de oferecer a ampliação do tempo nas escolas.

Vejamos a linha do tempo apresentada no Esquema 2:

Esquema 2 – Linha do tempo de legislações sobre o tempo integral no Rio de Janeiro



Fonte: Felix (2021)

Quando observamos a linha do tempo apresentada no Esquema 2, percebemos que no ano de 2009 foi implementado o Programa Escolas do Amanhã, que também tinha o objetivo de oferecer mais tempo de ensino aos estudantes na escola. Entretanto, essa reorganização por microrregiões foi concluída no ano de 2013, ano de ampliação do TU para o Ensino Fundamental I, denominados naquele período por Primário Carioca.

Em 2013, após a conclusão da reorganização por microrregiões, a prefeitura do Rio de Janeiro instituiu o Programa Fábrica de Escolas do Amanhã, com o objetivo de “construção em série das unidades necessárias para implantar, até 2016, o Turno Único para 35% dos alunos da Rede [...]”. “A Fábrica de Escolas foi concebida para desenvolver, com estruturas modulares, unidades educacionais modernas, com menor tempo de construção, e obras de acordo com os preceitos de sustentabilidade” (CADERNO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO, 2016, p. 49).

Com isso, percebemos que o primeiro movimento da prefeitura se deu em relação à reorganização dos territórios e dos espaços escolares. Isso porque, ao oferecer o tempo integral, as escolas deixaram de funcionar com dois turnos e a oferta de matrículas caiu pela metade, ao passar a comportar metade do número de turmas. Além disso, acreditamos que a preocupação com a infraestrutura se deve à inspiração da política no modelo dos CIEPs, com uma concepção de que, ao oferecer mais tempo de aula, ofereçam também espaços para a realização de atividades diversificadas voltadas à ciência, ao esporte e à cultura.

O SME 1 (2020) prosseguiu com seu relato sobre a implantação do TU na rede municipal:

A gente começou a implantar e depois fizemos muitas reuniões e depois dessa implantação realmente com acompanhamento, gestão de avaliação, aproximação e eu penso que vejo muita diferença também pelo acolhimento,

tudo mudou [...]. Assim quando houve a implantação dos ginásios cariocas⁹ experimentais. A implantação em dez escolas foi um experimento para ver o que era possível, o que era viável, o que era produtor e o que era replicável.

Conforme já mencionado neste estudo, antes do Turno Único, a Rede Pública Municipal Carioca atuava com alguns programas voltados à educação em tempo integral. Os Ginásios Experimentais Cariocas (GECs) foram instituídos meses antes da aprovação da lei do TU. Esse programa era destinado apenas a alunos do segundo segmento do ensino fundamental¹⁰.

Segundo o SME 1 (2020), a implantação dos GECs serviu como referência para a implementação do TU nas escolas da rede. Em seguida, ressaltou que “*A partir daí, criou-se um desafio e uma escuta do campo. Isso era perguntado para o campo, para os gestores, para a comunidade escolar se gostariam de se transformar em Turno Único*”.

Era uma voz, uma bandeira que vinha sendo trabalhada, mas são desafios que a gente só entende, só transita melhor quando a gente vai para o campo e ouve. Eu penso que a escuta nesse processo é muito grande. Tanto que, assim, a gente tem que começar pelo miudinho mesmo. Não dá para você fazer assim, agora, a rede toda vai funcionar com escolas em tempo integral. Não dá, gente. Primeiro que as pessoas não têm essa compreensão (SME 1, 2020).

Dessa forma, entendemos que, inicialmente, a adesão ao Turno Único era opcional para as escolas. Ou seja, a comunidade escolar tinha a opção de aceitar ou não a ampliação da jornada para o tempo integral.

Em seguida, o SME 1 (2020) destaca outro passo que consideramos importante na implementação do TU:

Eu penso que foi uma aprendizagem em termos de planejamento. A reorganização foi uma aprendizagem muito grande. A questão dos concursos para suprir vacância e eu penso que a implantação foi um ganho porque depois que as pessoas começam a entender a educação integral como direito e como tempo produtivo de aprendizagem.

Nessa fala, ele se refere à realização de concurso para professores de 40 horas, instituído pela Lei nº. 5.623/2013 (RIO DE JANEIRO, 2013b), de 01 de outubro de 2013.

Percebemos que o planejamento da implementação da política de Turno Único foi bem elaborado no sentido de organização dos territórios, estruturação e reestruturação dos espaços

⁹ Decreto nº. 3.2672, de 18 de agosto de 2010 (RIO DE JANEIRO, 2010), institui o Ginásio Experimental Carioca. Art.5º: O Ginásio Experimental Carioca será uma instância dinamizadora e irradiadora em educação para o 2º segmento, com objetivo de perseguir a excelência acadêmica, um ensino mais adequado a adolescentes e promover educação para valores (RIO DE JANEIRO, 2010).

¹⁰ Não nos aprofundamos sobre essa experiência, pois nosso estudo está voltado ao primeiro segmento do Ensino Fundamental.

para o atendimento dos alunos em tempo integral. O concurso para professores de 40 horas e o Programa Fábrica de Escolas do Amanhã também foram fatores relevantes para a expansão do tempo integral na Rede Pública Municipal de Ensino Carioca.

Seguimos com a entrevista, e buscamos identificar por meio das falas dos entrevistados qual a percepção deles sobre concepção de educação na qual o Turno Único está baseado. Iniciamos com a fala dos entrevistados da SME, com o objetivo de compreendermos a percepção dos que atuaram no planejamento e avaliação da política.

Todo aluno tem direito a ter mais tempo na escola. É um direito de aprendizagem que ele tem e o governo tem que garantir uma política pública para que isso aconteça. Isso é corresponsabilidade nossa, da população, mas é responsabilidade de uma política pública maior. Investir em educação de qualidade, equidade [...]

O Turno Único, ele veio numa construção acadêmica também ancorada nesses filósofos anteriores que pensavam na questão das artes, na questão do corpo, na questão a integralidade, do conhecimento, das múltiplas aprendizagens, mas ele também, o Turno Único, ele se adequou à nova condição econômica que o capitalismo impôs para a gente (SME 1, 2020).

Ele prosseguiu relatando que:

O Turno Único veio para ser unificado, para não ter essa quebra, para não quebrar e assim os teóricos anteriores também pensavam nessa educação integral. As escolas do ginásio, foram compradas para elas fornos para se trabalhar comida, fogão diferenciado, para se trabalhar uma proposta que integrasse a matemática à comida.

O Turno Único teve e tem esse olhar. Atender o homem em sua totalidade. Não só na questão acadêmica, não só na questão de a mãe precisar trabalhar e deixar ele na escola mais tempo. O Turno Único, ele veio para garantir uma aprendizagem e para não replicar vícios que nós tínhamos antes (SME 1, 2020).

Na percepção desse Agente, o Turno Único estaria alinhado aos princípios de uma educação integral e(em) tempo integral, segundo os estudos de Coelho (2009). Isso porque os objetivos apontados por este ator social estariam voltados à formação do aluno em seus diversos aspectos, e não focados apenas nos conteúdos tidos como “base”.

O SME 2 (2020) expôs a sua visão sobre a concepção de educação do TU:

Para mim são dois aspectos, que a gente chama de Pedagogia da Presença. Isso é primordial, é o que a gente briga o tempo inteiro, é o professor que está lá 40 horas, 40 horas mesmo e o aluno que está lá mais tempo. Isso favorece o estabelecimento de uma série de vínculos e outras relações e também uma matriz diferenciada porque não adianta a gente ter o aluno sete horas lá para ele ter mais do mesmo [...].

As escolas, muitas escolas desenvolvem um excelente trabalho exatamente a partir desses dois pilares, que é a Pedagogia da Presença e esse

estabelecimento de vínculos tanto dos alunos com os professores, os professores com os alunos, a comunidade escolar com a escola, a gestão com os professores e com os alunos, isso tem um impacto muito grande.

Apesar de a percepção do SME 2 não se enquadrar em nenhuma das concepções apontadas neste estudo, percebemos uma ênfase na valorização do fator tempo. Mesmo com todos os benefícios da ampliação do tempo, ainda mais quando essa ampliação atinge todos os atores envolvidos nessa educação, ainda assim, se faz necessário ter uma objetividade a respeito da qualidade desse tempo, no sentido de esclarecer quais os objetivos a serem alcançados com essa política de “mais tempo”.

Direcionamos nosso olhar a partir de agora para as percepções dos entrevistados que atuam na Escola Z.

A educação de tempo integral eu acho que ela resolve um problema social, né? Não só... não é a questão de: “Ah, eu vou melhorar o...”, opinião minha, “Vou melhorar os conteúdos”. Porque a gente tem uma ideia muito de conteudista, “Vou aumentar a carga horária de matemática porque ele vai se tornar um bom matemático”. Tem que ver o lado social da escola, a escola também é uma instituição social, que ela não pode fugir desse plano da comunidade onde vive (Diretor 1, 2020).

Ao analisarmos a fala deste diretor, percebemos que a sua percepção se aproxima da concepção de educação apontada por Cavaliere (2014) como compensatória. Isso porque ele entende, na educação em tempo integral, uma oportunidade de o Estado resolver alguns problemas sociais: ao oferecer mais tempo, pode garantir a efetivação de direitos que, por muitas vezes, são negados aos alunos inseridos em situação de vulnerabilidades.

A escola de horário integral permite a esse aluno permanecer mais tempo dentro dessa escola e aí acaba dando mais oportunidades que eles adquirem outros comportamentos e ele conheça outras realidades, outras formas de lidar [...]. [...] eles vêm muito em função da alimentação, isso ajuda muito. A gente tem aluno que some o dia inteiro, mas na hora do lanche ele está certinho na fila, na hora do almoço ele vem certinho (Diretor 2, 2020).

O início da fala deste diretor ganha contornos do que poderíamos considerar como uma educação integral. Isso porque ele ressalta a questão da oferta de oportunidades em um sentido de formação para a vida. Entretanto, ao seguir com sua narrativa, a percepção do diretor se direciona ao conceito de educação compensatória, com foco principal na garantia do direito à alimentação. Dessa forma, consideramos que a visão do Diretor 2 sobre o Turno Único abrange as duas concepções apontadas por Cavaliere (2014). Ou seja, política compensatória e educação integral.

A escola Turno Único que o aluno fica assim, “Ah vou ficar preso”, são pouquíssimos alunos que a gente vê isso acontecer. Quando acontece, são alunos novos que vêm de escola que não é turno integral, né? Para o pai é maravilhoso porque a maioria dos responsáveis precisa trabalhar, chegam tarde em casa e sabem que o aluno está na escola. O aluno tem todas as refeições necessárias aqui e muito boas, né? (Coordenador, 2020).

Nessa fala, o Coordenador demonstra uma percepção voltada à concepção de educação em tempo integral como política compensatória, em um teor assistencialista, onde a instituição escolar é vista como um espaço de proteção social aos alunos enquanto os pais trabalham. Além disso, ele cita também a questão da garantia da alimentação como um fator relevante. Em seguida, aborda um outro aspecto:

Além de tudo, estuda no horário integral, cujo horário integral as disciplinas, elas não são separadas. Nós temos as disciplinas que intercalam com as disciplinas básicas, disciplinas que... o projeto de vida, educação física, então a gente sempre intercala para não ficar algo cansativo, se tornar algo prazeroso e o nosso principal objetivo na educação integral é fazer com que o aluno entenda que todas as disciplinas interagem, elas conversam entre si e que é necessário que todas tenham importância (Coordenador, 2020).

Neste discurso, percebemos uma aproximação maior de uma concepção de educação integral, inclusive citada por ele. São ressaltados alguns diferenciais do TU, como a integração das disciplinas, o que em outros modelos de educação em tempo integral no Brasil dividia-se em turno e contraturno, em um teor de hierarquização das disciplinas.

Considerações finais

Diante do estudo realizado, observamos que apesar de a política do TU ter tido um planejamento minucioso no que tange à infraestrutura das instituições escolares e da estrutura de profissionais para atuarem por 40 horas dentro da mesma instituição, alguns aspectos ainda precisam ser repensados, replanejados e reestruturados. Aspectos esses que consideramos importantíssimos para a sua eficácia.

Ao buscarmos compreender a concepção de educação em tempo integral presente na política de TU, percebemos que esse aspecto precisa ser visto com prioridade pelos gestores públicos responsáveis pela implementação e avaliação dessa política. Isso porque tal questão não aparece claramente nos documentos legais do Turno Único. Em alguns documentos percebemos um teor voltado à melhoria da qualidade (mensurável) e, em outros, observamos a

expressão “educação integral”. Percebemos, também, o uso de “educação integral” para denominar a ampliação da jornada.

Ao ouvirmos os atores envolvidos nesta pesquisa, identificamos esse mesmo desencontro nas falas. Alguns consideravam como educação integral a ampliação do tempo, outros enxergavam como política compensatória, e outros defendiam que o Turno Único tinha como concepção a educação integral, segundo o conceito de Coelho (2009).

Na visão dos gestores educacionais que atuam na SME, a educação em tempo integral favorece a formação integral do aluno, contribuindo para sua formação em diversos aspectos. Além disso, esses atores destacam que a Educação em Tempo Integral estabelece a criação e a manutenção de vínculos entre os alunos e a escola, além dos diversos atores que atuam nela. Ao falar sobre vínculos, foi destacada a Pedagogia da presença como um dos pilares do Turno Único, que prioriza a atuação do professor de 40 horas em uma única escola.

Na percepção dos gestores escolares, a educação em tempo integral é apontada como um fator relevante na vida dos alunos, diante da realidade retratada por eles, onde muitos se encontram em “*situação de abandono pelo Estado e pela família*” (fala do Diretor 2). Os diretores explicitaram suas percepções, que vão ao encontro em alguns momentos de uma perspectiva mais assistencialista, mas reforçam que a ampliação do tempo favorece a ampliação de oportunidades educativas relacionadas ao desenvolvimento cognitivo, à prática de esportes e ao exercício da cidadania, o que consideram importante para o projeto de vida dos alunos.

Na percepção do Coordenador, como parte da equipe da gestão da Escola Z, a educação em tempo integral é capaz de minimizar a desigualdade social. Ele afirma isso em uma de suas falas. Para ele, o horário integral favorece a aprendizagem dos alunos, o que amplia as suas possibilidades em sua vida social. Consideramos importante ressaltar que esse ator social afirma que esta visão se deu a partir de sua atuação no Turno Único na Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro.

No cenário brasileiro, marcado por várias experiências voltadas à ampliação do tempo na escola, mais especificamente no Rio de Janeiro, com políticas e programas notáveis, como os CIEPs de Darcy Ribeiro, o Turno Único surge como um novo paradigma de educação em tempo integral. Consideramos dessa forma porque, diante das experiências anteriores, em sua maioria pautadas em perspectivas de cunho compensatório, voltado a apenas uma parte da população, o Turno Único baseia-se em uma visão universalista. Este tem como objetivo alcançar a todos os alunos matriculados em um prazo de 10 anos (RIO DE JANEIRO, 2010).

Ainda que esse objetivo não tenha sido alcançado em 10 anos, o Rio de Janeiro segue à frente da meta nacional do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014-2024), atendendo atualmente 35% dos alunos em tempo integral (10% a mais do que a meta nacional).

Consideramos como um pilar para a eficácia desta política que toda a Rede Pública Municipal caminhe na mesma direção. Nesse sentido, torna-se urgente a elaboração de um documento que regulamente o Turno Único, e expresse nele os objetivos a serem alcançados pelo projeto. Além disso, destacamos a importância de formações continuadas oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, que envolvam todos os atores sociais que constituem a gestão e a execução desta política, com o fito de alinhar os objetivos e as ações da atual política de Educação em Tempo Integral na Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- CAVALIERE, A. M. V. Escola de Tempo Integral no Brasil: Filantropia ou Política de Estado. **Em: Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1205-1222, out./dez. 2014.
- COELHO, L. M. C. Histórias da educação integral. **Em: Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.
- FELIX, R. C. R. P. **O Direito à Educação e o Tempo Integral: o Turno Único em Cena**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- FONTOURA, H. A. Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa qualitativa. **In: Formação de professores e diversidades culturais: Múltiplos olhares em pesquisa** Niterói, RJ: Intertexto, 2011. p. 61-82.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social**. Teoria Método e Criatividades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- OLIVEIRA, R. Projeto aluno presente atua em toda a cidade do Rio de Janeiro. **Projeto Aluno Presente**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.alunopresente.org.br/projeto-aluno-presente-atua-em-toda-a-cidade-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- RIO DE JANEIRO (cidade). **Lei n. 5225, de 05 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a implantação de turno único no ensino público nas escolas da rede pública municipal. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2010. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dff/f5bc8a6fa147caf4a832577d500523d68?OpenDocument#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20de,escolas%20da%20rede%20p%C3%BAblica%20municipal>. Acesso em: 30 abr. 2022. Acesso em: 18 jul. 2023

RIO DE JANEIRO (cidade). **Lei n. 5.550, de 10 de janeiro de 2013.** Altera a Lei no 5.215, de 2 de agosto de 2010, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2013a. Disponível em:

<https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/50ad008247b8f030032579ea0073d588/0ddb7b4edb32fd3603257af0006cff49?OpenDocument50>. Acesso em: 18 jul. 2023

RIO DE JANEIRO (cidade). **Lei n. 5.623, de 01 de outubro de 2013.** Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos funcionários da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2013b. Disponível em:

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/50ad008247b8f030032579ea0073d588/d80e5d992b53402803257bf90059dc60?OpenDocument>. Acesso em: 18 jul. 2023.

RIO DE JANEIRO (cidade). **Caderno de Políticas Públicas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2016.

RIO DE JANEIRO (cidade). **Lei n. 6.433/2018, de 21 de dezembro de 2018.** Cria no Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro a categoria funcional de Professor Adjunto de Educação Infantil e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2018. Disponível em:

<http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/50ad008247b8f030032579ea0073d588/4b4bff2316b286f18325836f00703387?OpenDocument#:~:text=Cria%20no%20Quadro%20Permanente%20de,Infantil%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Gostaríamos de agradecer ao grupo de Pesquisa Políticas, Gestão e Financiamento em Educação (Pogefe/Unirio) pelas contribuições em cada encontro de pesquisa e estudo e o financiamento por meio de dois projetos aprovados pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) nos seguintes editais: EDITAL N°. 04/2018 - PROGRAMA JOVEM CIENTISTA DO NOSSO ESTADO, coordenado pela Profa. Dra. Elisângela da Silva Bernado, e EDITAL N°. 29/2021 - APOIO AOS PROGRAMAS E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, coordenado pela Profa. Dra. Mônica Dias Peregrino Ferreira.

Financiamento: FAPERJ.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: A pesquisa de origem deste artigo passou pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil, obtendo aprovação em 20/07/2020.

Disponibilidade de dados e material: As referências de acesso aos dados e materiais utilizados nesta pesquisa estão citadas no corpo do texto e nas referências bibliográficas.

Contribuições dos autores: A autora 1 - **Rosângela Cristina Rocha Passos Felix** realizou a pesquisa em que este artigo está inserido durante o curso de Mestrado Acadêmico em Educação, na linha de pesquisa: Políticas, História e Cultura em Educação, sob a Orientação da autora 2 - **Elisângela da Silva Bernado**. A partir da dissertação, as autoras construíram este artigo, que trata sobre a perspectiva de gestores escolares e educacionais sobre a política de Turno Único na Rede Pública Municipal de Rio de Janeiro.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

